



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

Henrique Garcia Pinto

**CONTRIBUIÇÕES DE HILGARD STERNBERG À PESQUISA
UNIVERSITÁRIA EM GEOGRAFIA**

Rio de Janeiro
2016

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**CONTRIBUIÇÕES DE HILGARD STERNBERG À PESQUISA UNIVERSITÁRIA
EM GEOGRAFIA**

Henrique Garcia Pinto

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de Geografia formador de bacharéis e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura e bacharelado em Geografia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Mônica Sampaio Machado

**Rio de Janeiro
2016**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
INSITUTO DE GEOGRAFIA**

**CONTRIBUIÇÕES DE HILGARD STERNBERG À PESQUISA UNIVERSITÁRIA
EM GEOGRAFIA**

Henrique Garcia Pinto

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de Geografia formador de bacharéis e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura e bacharelado em Geografia

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Mônica Sampaio Machado – Professora Adjunta – UERJ

Prof.^a Dra. Mariana Araujo Lamego – Professora Adjunta – UERJ

Prof. Pedro Pinchas Geiger – Professor Visitante – UERJ

**Rio de Janeiro
2016**

DEDICATÓRIA

DEDICO ESTE TRABALHO A MEUS PAIS

AGRADECIMENTOS

Sou extremamente grato a tudo que o destino me proporcionou ao longo destes anos. Foram muitos os desafios e as frustrações, igualmente compensadas com conquistas e alegrias. Nada disso seria possível sem a compreensão de minha mãe, Sandra Mara, a quem agradeço pela sabedoria em educar seus três filhos, respeitando enormemente a individualidade e personalidade de cada um.

O resto do núcleo familiar contribui para que haja paz e tranquilidade para que eu possa trilhar meu próprio caminho com amor e estímulo: Mauro, Marcello e Mariana são fundamentais para o equilíbrio da minha vida.

Àquela que me apoiou e acompanhou em praticamente todo o ciclo da graduação, agradeço a minha companheira de vida, Luana Costa Barros, por toda a transformação e estabilidade emocional que conferiu à minha história recente.

Agradeço ao corpo discente da UERJ, em especial ao Centro Acadêmico Josué de Castro, que fez uma revolução em minha maneira de enxergar o mundo com muita luta, companheirismo, união e descontração. Não poderia me imaginar em um ambiente acadêmico melhor e mais aguerrido!

Aos professores da graduação que fizeram muito mais que seu trabalho, inspiraram e transpiraram para superar dificuldades estruturais e nos oferecer as melhores perspectivas. Em particular, ofereço um agradecimento especial aos professores André Novaes, Valter Macedo, Ulisses Fernandes, Antônio Soares, Thaís Baptista da Rocha e Pedro Pinchas Geiger.

Agradeço ao Grupo de Pesquisas GeoBrasill e, em particular, a minha companheira de produção Camila Alves Gomes. Um agradecimento especial a minha orientadora Mônica Sampaio Machado por todas as portas abertas durante esse período, sempre oferecendo apoio e desafios estimulantes a seus orientandos.

E minha trajetória na graduação teria sido muito mais difícil se eu não tivesse gênios ao meu redor, que sempre contribuíram para complementar uma formação acadêmica com seus trabalhos de excelência e inesquecíveis trabalhos de campo. Daniel Sant'Ana, Leonardo Guidolini, Taysa Marinho, Demétrios Sarantakos e Eduardo Rodrigues formam a seleção uerjiana da Gestão da Manhã. Vocês fizeram esses anos serem inesquecíveis.

Por fim, venho agradecer a Banca Examinadora pelo seu empenho, tempo e disposição para ler e examinar o presente trabalho. Meus sinceros agradecimentos.

“Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas. O melhor ainda não foi escrito. O melhor está nas entrelinhas”

(Clarice Lispector)

RESUMO

Hilgard Sternberg fez parte da primeira turma de graduação em Geografia da extinta Universidade do Distrito Federal e compôs, entre 1944 a 1964, a cátedra de Geografia do Brasil do Curso de Geografia e História da Universidade do Brasil. Desempenhou função de liderança para que o Curso desenvolvesse atividade acadêmica e esteve à frente do primeiro Centro de Pesquisas universitário em Geografia do país (CPGB). Suas atividades políticas, dentro e fora do âmbito da ciência geográfica, movimentaram o cenário acadêmico nacional e expuseram também tensões entre correntes epistemológicas geográficas. Apoiado em amplo prestígio internacional, transferiu-se para a Universidade de Berkeley em 1964, onde manteve seu objeto de pesquisa sobre a região amazônica, apresentando uma abordagem integrada entre diferentes áreas do conhecimento e assumindo papel de destaque e referência internacional sobre a Amazônia. Sua trajetória espacial condiciona e influencia a forma de exercer suas geografias, e a análise das obras permite a compreensão dessa relação, compreendendo o objetivo central do trabalho sobre a possibilidade de estabelecer um território de vida do autor.

Palavras-Chave: Hilgard Sternberg, Geografia Brasileira, Historiografia da Geografia

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Hilgard Sternberg (primeiro em pé à esquerda) durante solenidade no Conselho Nacional de Geografia.....	7
Imagem 2: Hilgard O'Reilly Sternberg na biblioteca da Universidade do Brasil.....	9
Imagem 3: Sternberg em reunião preparativa para o XVIII Congresso Internacional de Geografia.....	12
Imagem 4: Sternberg durante trabalho de campo em Itajaí, SC.....	13
Imagem 5: Hilgard Sternberg em meados da déc. 2000.....	26
Imagem 6: fotografia de Sternberg no Memorial da Fundação Guggenheim.....	26

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O PIONEIRISMO DE HILGARD STERNBERG NA GEOGRAFIA BRASILEIRA.....	2
1.1 – PERÍODO DE FORMAÇÃO NA GEOGRAFIA UNIVERSITÁRIA.....	2
1.2 – INÍCIO DA ATIVIDADE DOCENTE UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	4
1.3 – ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO BRASIL.....	6
1.4 – O CENTRO DE PESQUISAS EM GEOGRAFIA DO BRASIL E LIDERANÇA E INFLUÊNCIA NA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL.....	8
2 – A TRAJETÓRIA INTELLECTUAL E A INFLUÊNCIA ATRAVÉS DO ENSINO	14
2.1 – A DIDÁTICA DOCENTE UNIVERSITÁRIA: INFLUÊNCIA SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES..	14
2.2 – PRINCIPAIS OBRAS DIFUSORAS DE SUAS GEOGRAFIAS.....	18
2.3 – GEÓGRAFO INTERNACIONAL, OBJETO DE VIDA LOCAL.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30

INTRODUÇÃO

Ao buscar resgatar as contribuições de Hilgard O'Reilly Sternberg para a Geografia do Brasil, também emergem reflexões importantes sobre o próprio desenvolvimento da ciência no país. Estabelecer uma historiografia da Geografia através da atuação acadêmica, espacial e política de seus principais autores torna-se um exercício necessário para a definição de identidades e panoramas sobre a história do pensamento geográfico no Brasil.

O objetivo central aqui exposto é estabelecer uma relação entre a trajetória espacial do autor durante o período vivido, seus vínculos familiares, sua base espacial, seu lugar de atuação, sua área de estudo e suas relações políticas e institucionais. Essa classificação possibilita localizar os autores e seus pensamentos, no tempo e no espaço e melhor refletir sobre suas contribuições. Segundo Machado, 2002, “tem-se como hipótese que os lugares onde vivemos e passamos, a geografia material cotidiana e visitada, explicam, condicionam e direcionam nossa interpretação, compreensão e atuação no mundo.”.

Sendo assim, o recorte temporal e espacial é móvel, se estabelecendo de acordo com a trajetória do autor. Embora ainda pouco explorado e conhecido na comunidade geográfica brasileira, Hilgard Sternberg se apresenta como um rico nome da Geografia por ter uma importância singular em um momento determinante da história universitária nacional. O pensamento geográfico do autor, esse acervo histórico e socialmente produzido, não sendo, portanto, isento de tensões ou autônomo em relação ao contexto político da sociedade (MORAES, 2005).

A partir do levantamento de dados e informações biográficas a fim de delinear parte da personalidade do geógrafo, do destaque e análise de suas principais obras, e a reflexão sobre o impacto e influência dessas obras no meio e no contexto, obtêm-se a metodologia da monografia, com vistas a estabelecer, assim, o território de vida do autor, com a associação de suas trajetórias histórico-espaciais e o sentido de suas obras (MACHADO; MARTIN, 2014).

O trabalho está estruturado essencialmente em dois capítulos: o primeiro destina-se ao pioneirismo do trabalho de Sternberg no corpo universitário brasileiro, a partir – sobretudo – de sua atuação política e trajetória espacial até exercer o papel de liderança na Universidade do Brasil.

O segundo capítulo se dedica à análise de suas obras principais e a associação com sua atividade docente exercida em conjunto a de pesquisador. Há ainda a busca pela atuação de

Sternberg a partir de sua transferência para os Estados Unidos, determinante para o papel que até hoje representa na Geografia do Brasil.

Por fim, busca-se trazer ao leitor a reflexão sobre a importância e participação do referido geógrafo no momento mais determinante da consolidação da Geografia exercida nas fileiras universitárias do país.

1. O PIONEIRISMO DE HILGARD STERNBERG NA GEOGRAFIA BRASILEIRA

1.1 – PERÍODO DE FORMAÇÃO NA GEOGRAFIA UNIVERSITÁRIA

Entre as diversas influências que podem levar ao indivíduo um interesse especial pelo estudo geográfico, as experiências migratórias familiares estão entre as mais comuns. Com Hilgard O'Reilly Sternberg não foi diferente. Apesar de ser nascido no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1917, sua origem familiar é distante do Brasil. A mãe era de origem irlandesa e o pai, germânica¹. A perspectiva de uma família de imigrantes no Brasil já é capaz de inserir uma visão peculiar sobre o mundo e suas civilizações em um jovem.

A década de 1930 foi, portanto, simultaneamente, o período de juventude de Sternberg e também da institucionalização da Geografia no Brasil, através de cursos universitários na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e na Universidade de São Paulo. Além disso, órgãos como o Conselho Nacional de Geografia (CNG), que associava a ciência geográfica nacional à União Geográfica Internacional (UGI) e embasava parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1937. Houve a criação também de periódicos de difusão de pesquisas em Geografia no campo brasileiro e mundial, como o Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia (RBG).

A Revista Brasileira de Geografia foi criada em 1938, de acordo com a resolução nº 18, de 12 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Contudo, sua primeira publicação somente ocorreu em 1939.

O Conselho Nacional de Geografia foi uma entidade oficial da Geografia brasileira que surgiu a partir da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional e dos esforços governamentais para a expansão de atividades geográficas no território brasileiro. Seus

¹ O nome de Hilgard Sternberg foi escolhido em homenagem a Eugène W. Hilgard, um especialista em solos pioneiro e de quem o pai do professor Sternberg era admirador. Curiosamente, Eugene Hilgard foi professor na mesma Universidade de Berkeley, na Califórnia, onde Sternberg lecionaria posteriormente. (SANDERS, Robert. Amazon expert Hilgard O'Reilly Sternberg dies at 93. Disponível na internet. <http://news.berkeley.edu/2011/03/04/amazon-expert-hilgard-o%E2%80%99reilly-sternberg-dies-at-93/> . Acesso em 10 de maio de 2015)

anteriores remontam a missão universitária francesa no Brasil, com a visita e chegada de importantes geógrafos franceses ao Brasil, como Emmanuel De Martonne (1873 – 1955), Pierre Monbeig (1908 – 1987) e Pierre Deffontaines (1874 – 1978) e o crescente anseio de políticos e intelectuais pela institucionalização da Geografia no Brasil. Através do Decreto nº 1527, de 24 de março de 1937, o presidente Getúlio Vargas cria o CNG, incorporado ao IBGE, e por muito anos ocorria a triangulação Conselho Nacional de Geografia – União Geográfica Internacional – Governo do Brasil (EVANGELISTA, 2012)

A Revista Brasileira de Geografia surge, a partir desse contexto, tendo como função ser um “veículo de comunicação, instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país” (SOARES, 1939) e fornecendo a possibilidade de difundir a prática de pesquisas geográficas tão necessárias ao Brasil naquela época. O desejo inserido no projeto político do governo de presidente Getúlio Vargas em ampliar os conhecimentos sobre o vasto território brasileiros foi fundamental para o surgimento dessas entidades geográficas citadas.

Nesse ambiente, Hilgard Sternberg ingressa no curso de Geografia em 1938, quando o curso ainda fazia parte da extinta Universidade do Distrito Federal. Nesse ano, sob a liderança de Pierre Deffontaines, estão outros futuros geógrafos que iriam suprir a demanda por professores de Geografia escolar. Contudo, havia ainda um treinamento paralelo, realizado pelo engenheiro do IBGE Christovam Leite de Castro, para que os estudantes obtivessem uma preparação técnica para serem contratados pelos nascentes órgãos oficiais de pesquisa (ALMEIDA, 2000). Nesse grupo de estudantes, além de Sternberg, estavam também Orlando Valverde, Fabio de Macedo Soares Guimarães, Jorge Zarur, José Veríssimo da Costa Pereira e Lúcio de Castro Soares. Em 1939, o então estudante fez parte de federalização do curso quando ocorreu a aglutinação ao curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), pertencente à então recém-criada Universidade do Brasil ²(1937). Nessa nova universidade, antes mesmo de concluir sua formação universitária inicial, Sternberg conquista a permissão da FNFfi para lecionar a cadeira de Geografia Física do Instituto Santa Úrsula (MACHADO, 2002). No mesmo ano de 1940 em que inicia sua atividade docente, Sternberg obtém o grau de bacharel e licenciado pela Universidade do Brasil, sendo um dos primeiros geógrafos formados a partir de um curso universitário brasileiro em Geografia, iniciando seu caminho entre tantos pioneirismos (KOHLHEPP, 2015).

² O curso de Geografia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui origem na Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935. Posteriormente, sua competência é transferida para a Faculdade Nacional de Filosofia e acopla-se ao curso de História, somente ocorrendo a separação e autonomia em 1955. (MACHADO, 2002)

1.2 – INÍCIO DA ATIVIDADE DOCENTE UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.

Após a obtenção do grau de bacharel e licenciado em Geografia e História, em 1940, Hilgard Sternberg passou um período inicial entre diversos campos e atividades docentes, antes de ingressar como professor em sua universidade de formação, em 1944.

Em 1941, após um amplo esforço do catedrático de Antropologia e Etnografia da FNFi, Arthur Ramos de Araújo Pereira para a criação de cursos de aperfeiçoamento em antropologia, Hilgard Sternberg ingressa em um desses cursos sob orientação do então catedrático em 1941 e apresenta no ano seguinte a tese “A casa luso-brasileira: estudos de aculturação”, tornando-se um dos primeiros especialistas na área a partir de uma formação acadêmica brasileira e sócio da criada Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia (SBAE) (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2011).

No mesmo ano de 1941, Hilgard Sternberg é admitido como auxiliar de ensino no Colégio Pedro II período de um ano corrente³. O Colégio Pedro II já havia sido local de formação e atuação de diversos professores da FNFi, se destacando sempre como um local de excelência pedagógica e também de vanguarda no desenvolvimento do ensino colegial brasileiro, além de atuar como um passaporte de prestígio para garantir o acesso ao corpo docente da recém-criada Universidade do Brasil (FERREIRA, 2013).

Em um momento onde já se delineavam as posições políticas de alguns geógrafos brasileiros proeminentes, Sternberg se alinhava a uma postura mais conservadora da direita católica do Brasil. Ainda veremos que sua posição anticomunista não o fez deixar de se debruçar e defender alguns temas intimamente vinculados à esquerda, como a necessidade de uma ampla reforma agrária no Brasil, mas acabou influenciando determinantemente alguns caminhos da Geografia acadêmica da Universidade do Brasil, onde voltaria como professor assistente e, posteriormente, catedrático.

A aproximação com os intelectuais católicos fez com que se envolvesse diretamente com a criação do curso de Geografia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio) a partir de 1941 (MACHADO, 2002). O curso foi efetivamente criado em 1943 e o vínculo de Sternberg se manteve até 1944.

Com a habilidade de envolvimento em diversas frentes de trabalho e pesquisa, o geógrafo é admitido em retorno à sua universidade de formação como professor assistente de Geografia do Brasil, em 1943. Essa cadeira havia sido ocupada, até 1942, por Carlos Delgado

³ Pág. 13. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 25 de Abril de 1941. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2259531/dou-secao-1-25-04-1941-pg-13/pdfView>.

de Carvalho, ano em que foi exonerado por não ser permitida a acumulação de cargos, uma vez que já era professor de História Moderna e Contemporânea (MACHADO, 2002). Além de Sternberg, a Geografia do Brasil possuía também Wanda de Mattos Cardoso Torok como professora assistente, mas que seria posteriormente transferida para a cadeira de Sociologia. No mesmo ano é contemplado com uma bolsa de estudos para os Estados Unidos, mais precisamente na Universidade de Berkeley, e tem a oportunidade de estudar com o geógrafo Carl Sauer, que já tinha uma excelente reputação no campo acadêmico pela abordagem homem-meio, atribuindo novas concepções ao conceito de paisagem, o que seria fundamental futuramente para o desenvolvimento da Geografia Cultural (HOLZER, 2000).

Ainda durante o período de estudos nos Estados Unidos, em 1943, Sternberg dirigiu-se a Universidade do Estado da Louisiana e, a partir da orientação do geógrafo Richard J. Russell, desenvolve um trabalho de análise e estudo sobre a planície de inundação do rio Mississipi, uma das mais extensas bacias hidrográficas do mundo e que muito influenciaria seu posterior trabalho sobre a bacia hidrográfica do rio Amazonas.

Em 1944 é convocado de volta ao Brasil para assumir interinamente a cátedra de Geografia do Brasil, sendo também agraciado com louvores pela FNFfi em razão de sua atividade nos Estados. Como o recrutamento de professores ainda baseava-se na rede de relações, Sternberg se beneficiou do período de influência e liderança de professores conservadores católicos da FNFfi que haviam atuado, junto a ele, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como Alceu Amoroso Lima, Hélio Vianna e San Tiago Dantas, esse último tendo sido diretor da FNFfi na década de 1940. Esse momento propicia ao geógrafo a consolidação em um ambiente acadêmico de excelência e destaque, permitindo que sua atuação e seus pensamentos possam encontrar base e ressonância na comunidade geográfica brasileira, anunciando uma característica que lhe seria marcante ao longo de sua vida profissional: o constante contato com a Geografia internacional, aberto às correntes e pesquisas desenvolvidas nos países, na época, de vanguarda dessa ciência, como os Estados Unidos e Alemanha. A Geografia das Escolas dos dois países sempre esteve presente na produção de Sternberg, responsável também pela difusão destas, uma vez que muitas delas perdiam espaço nas universidades brasileiras para a influência possibilista francesa, exemplificada nos estudos de Geografia Regional durante as décadas de 1940 a 1960 (MORAES, 2002)

1.3 – ATUAÇÃO NA UNIVERSIDADE DO BRASIL

O período em que Hilgard Sternberg permaneceu como catedrático de Geografia do Brasil na FNF i compreende as duas décadas entre 1944 e 1964. Durante esse período, o Curso de Geografia ainda atuava em conjunto ao de História, exigindo de seus professores grandes esforços para que equipamentos e investimentos específicos para o desenvolvimento da ciência geográfica ocorresse. Ao passo que o núcleo principal de geógrafos da Universidade de São Paulo exigiam junto ao Ministério da Educação a inclusão de um ano mais de estudos geográficos para conferir maior especialização aos graduandos, os professores da Universidade do Brasil buscaram por diversas vezes a separação do currículo de História (FERREIRA, 2013). Em apoio a essas moções, encontrava-se o Conselho Nacional de Geografia (CNG), pertencente ao IBGE. Até então, era no CNG que se encontrava a principal atuação de pesquisa em Geografia no país, tendo na Revista Brasileira de Geografia um importante meio difusor.

Portanto, é de notável importância a mudança implicada ao curso ao longo dos anos em que Sternberg projetou-se não somente na atuação universitária, mas também na articulação de uma Geografia brasileira incipiente com algumas importantes referências internacionais à época. Em 1946, o autor publica o livro “Contribuição ao Estudo da Geografia”, cujo prefácio é escrito por Pierre Deffontaines, geógrafo francês que, junto com conterrâneo Pierre Monbeig, foi determinante para o nascimento dos cursos universitários de Geografia no país. O livro aborda de maneira bastante didática algumas metodologias relativas às técnicas e materiais necessários para o desenvolvimento da pesquisa e implementação de laboratórios, além do recurso dos trabalhos de campo, tão inseridos nas atividades do geógrafo. De maneira sintética, Sternberg afirma que “a essência do autêntico trabalho geográfico consiste em: (1) observar, (2) registrar (e, implicitamente, localizar), (3) descrever e delimitar e (4) correlacionar e explicar os elementos constituintes da paisagem.” (STERNBERG, 1946, p. 26). O método regional conferia ao modelo de geógrafo defendido pelo autor o caráter de síntese capaz de analisar elementos antes observados separadamente. Conferindo ao mesmo uma “responsabilidade integral dos estudos necessários, quer sejam eles geológicos, pedológicos, climatológicos, econômicos ou outros quaisquer” (STERNBERG, 1946, p. 14).

Tal trabalho se insere com grande importância dado o contexto universitário, uma vez que entre os anos de 1944 e 1945 foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Geografia duas resoluções que estabeleciam diferentes aspectos, desde a especialização da formação de

geógrafos, a necessidade em equilibrar disciplinas de teoria e prática durante a graduação, a regulamentação da profissão de geógrafo, e até a maneira como deveriam orientar-se os cursos universitários (ARANHA, 2014). Na forma de apelo ao então ministro da Educação, Gustavo Capanema, era reiterada a sugestão de separação do curso com a História, para maior autonomia acadêmica. É importante ressaltar que ainda existia um cenário onde muitos profissionais do IBGE e do CNG não haviam realizado formação em Geografia, mas em demais áreas como Engenharia e Direito. Sternberg, pelo contrário, fez parte da primeira geração de geógrafos formados no país, o que o situava em posição favorável para exercer uma liderança intelectual na FNFi aliando conhecimento científico e acadêmico específico ao tino articulador que possuía.



Imagem 1: Hilgard Sternberg (primeiro em pé à esquerda) durante solenidade no Conselho Nacional de Geografia. Estão ao seu lado: Alírio de Matos, Fábio de Macedo Guimarães, Christovam Leite de Castro, o alemão Leo Waibel, Flavio Vieira e Frederico Rondon

Fonte: Revista Brasileira de Geografia: IBGE. v. 10, n. 1, 1948. p. 151

A atuação de Sternberg desde sua formação expõe seu talento para estabelecer fecundas relações políticas em diversos campos, demonstrando seu empenho em exercer uma

ciência universitária produtiva e integrada aos vultos mais importantes da Geografia internacional. Dentro da importância da regulamentação da profissão, integra em 1945 a comissão executiva⁴ da seção do Rio de Janeiro da recente Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). A articulação não se restringe ao cenário brasileiro, e Sternberg também se mostra influente em consolidar redes de contatos de geógrafos estrangeiros no Brasil, como quando da participação⁵ como professor visitante na FNFi de Lynn Smith, então chefe de departamento de Sociologia Rural da Universidade do Estado da Louisiana, nos Estados Unidos, além de outros nomes em cursos de aperfeiçoamento, como o de Biogeografia de Pierre Dansereau⁶, da Universidade de Montreal, Canadá. Apesar da participação de estrangeiros não ser algo inédito no país, elas costumavam se concentrar no âmbito do CNG/IBGE, que possuía mais recursos à época para pesquisa e parcerias. Houve, em 1950, uma aproximação maior de Sternberg com o CNG quando da sua nomeação como consultor técnico de “Geografia das Calamidades” do Conselho.⁷

Durante esse período inicial, que se estende até 1952, quando ocorre a criação do Centro de Pesquisas em Geografia do Brasil (CPGB), o autor também busca explicar suas pesquisas acadêmicas que, apesar de mais voltadas para uma dinâmica física e fluvial, sempre foram também integradas aos aspectos sociais e culturais das populações que compunham as paisagens, sobretudo na Amazônia.

1.4 – O CENTRO DE PESQUISAS EM GEOGRAFIA DO BRASIL E LIDERANÇA E INFLUÊNCIA NA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL

Em meio ao crescimento do papel de Hilgard Sternberg no campo político e articulado da Geografia nacional, era no IBGE que ainda se concentravam os principais expoentes da pesquisa organizada no Brasil. Além do apoio público presente no IBGE, muito em função do contexto de importância que o Instituto representava durante o Estado Novo, os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia tinha na Revista Brasileira de Geografia, criada em 1938 de acordo com a resolução nº 18, de 12 de julho da Assembléia Geral do CNG, um importante instrumento difusor. As publicações deste período eram dominadas por traduções e

⁴ NOTICIÁRIO. Revista Brasileira de Geografia. vol. 7, n. 3, 1945. pp. 184

⁵ SMITH, L. *Sistemas Agrícolas*. Revista Brasileira de Geografia, vol. 9, n. 2, 1947. pp. 3

⁶ DANSEREAU, P. *Introdução à Biogeografia*. Revista Brasileira de Geografia, vol. 11, n. 1, 1949. pp. 3

⁷ Revista Brasileira de Geografia. vol. 12, n. 3, 1950. pp. 156

divulgações das atividades do Conselho, tendo a Universidade ainda pouco espaço na divulgação da pesquisa acadêmica (ALMEIDA, 2000).

O Conselho Nacional de Geógrafos foi uma entidade oficial da Geografia brasileira que surgiu a partir da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional e dos esforços governamentais para a expansão de atividades geográficas no território brasileiro. Seus antecedentes remontam a missão universitária francesa no Brasil, com a visita e chegada de importantes geógrafos franceses ao Brasil, como Emmanuel De Martonne (1873 – 1955), Pierre Monbeig (1908 – 1987) e Pierre Deffontaines (1874 – 1978) e o crescente anseio de políticos e intelectuais pela institucionalização da Geografia no Brasil. Através do Decreto nº 1527, de 24 de março de 1937, o presidente Getúlio Vargas cria o CNG, incorporado ao IBGE, e por muito anos ocorria a triangulação Conselho Nacional de Geografia – União Geográfica Internacional – Governo do Brasil (EVANGELISTA, 2012)

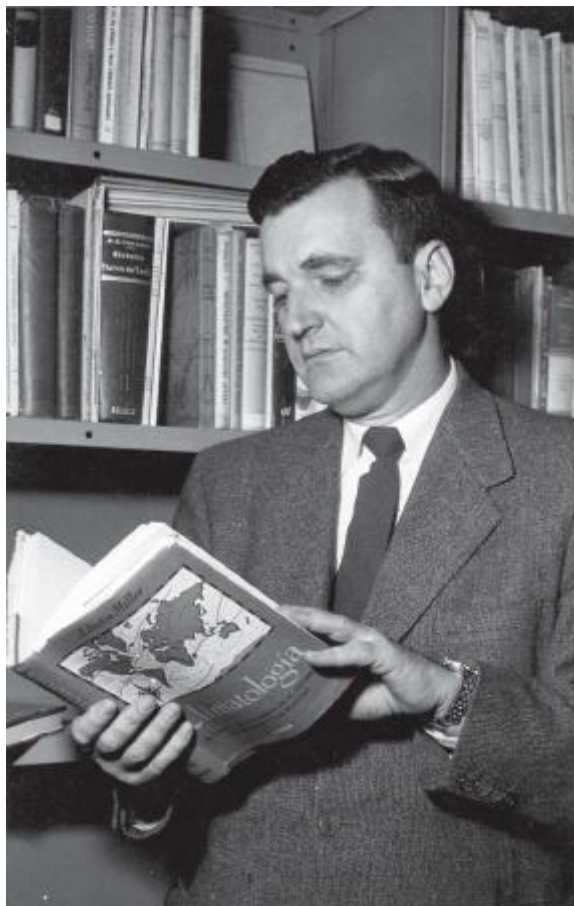


Imagem 2: Hilgard O'Reilly Sternberg na biblioteca da Universidade do Brasil

Fonte: LACORTE et al, 2011. p. 189

A Revista Brasileira de Geografia surge a partir desse contexto, tendo como função ser um “veículo de comunicação, instrumento de penetração com o qual o Conselho se fará presente em todos os recantos de atividade geográfica do país” (SOARES, 1939) e fornecendo a possibilidade de difundir a prática de pesquisas geográficas tão necessárias ao Brasil naquela época. Os desejos de Getúlio Vargas em ampliar os conhecimentos sobre o vasto território brasileiros foram fundamentais para o surgimento dessas entidades geográficas citadas. O curso universitário de Geografia e História, nesse contexto, atuaria com uma finalidade mais escolar, em gerar mão de obra especializada para os igualmente grandiosos objetivos educacionais do governo de Getúlio Vargas, personificado em seu ministro da Educação à época, Gustavo Capanema.

Segundo Geiger (1988), alguns conflitos se delineavam entre o corpo docente universitário do Rio de Janeiro e de São Paulo e os técnicos do CNG por divergência de correntes e métodos aplicados às pesquisas. Aroldo de Azevedo mantinha na Universidade de São Paulo uma forte influência do possibilismo francês, e Hilgard Sternberg a abordagem homem-meio de forma ideográfica na Universidade do Brasil, negligenciando correntes da Economia Política que se apresentava no CNG. Para além disso, as correntes políticas também se divergiram em muitas ocasiões. Sternberg adotava uma posição publicamente anticomunista, como afirma Monteiro (2013), e isso fez com que muitos geógrafos de orientação de esquerda se afastassem da Universidade, e outros considerados mais conservadores se aproximassem, como teria sido o caso da geógrafa Maria do Carmo Corrêa Galvão (GEIGER *apud* MACHADO, 2002). Esse embate ficaria ainda mais exposto quando da realização do Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro, em 1956.

Contudo, para poder exercer maior autonomia em pesquisa universitária, Hilgard Sternberg criou, em 1952, o Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB), o primeiro do Brasil. Tal feito tornou-se possível pela articulação política de Sternberg e de Victor Leuzinger, destacado geógrafo físico que, junto ainda de Josué de Castro, formavam os três mais notáveis e produtivos membros do corpo do docente de geógrafos do curso de Geografia e História. Além disso, para efetivamente conquistar o espaço universitário e os instrumentos necessários, o CPGB teve o aporte financeiro da Fundação Rockefeller, expressão da influente família norte-americana do ramo petrolífero.

A estrutura criada pelo CPGB, que consistia em materiais desde equipamentos técnicos e transportes até a base para uma extensa biblioteca, possibilitou o início de uma atividade acadêmica de pesquisa universitária organizada, fugindo aos esforços isolados e

individualizados de cada docente. Maria do Carmo Galvão, Bertha Becker, Ana Maria Bicalho, Lia Osorio Machado e Leila Dias foram algumas das bolsistas (inclusive com atuação do CNPq, criado em 1951) do CPGB em seus anos sob a tutela de Sternberg (GALVÃO *apud* MACHADO, 2002).

A boa relação com a elite universitária e com setores políticos tornava Sternberg voz proeminente e ativa em discussões de estrutura curricular e na aproximação com universidades estrangeiras, como a de Berkeley e Louisiana, nos Estados Unidos, e de Bonn, na Alemanha. Em paralelo, sua curiosidade constante e aguçado espírito pesquisador os tornavam membro frequente de reuniões e congressos no Brasil e no mundo. Assim, tornava-se compreensível sua eleição para a Vice-Presidência da União Geográfica Internacional em 1952, cargo ocupado até 1960, sendo 1º Vice-Presidente entre 1956 a 1960 (EVANGELISTA, 2004).

Em 1955, o antigo presidente da UGI, Emmanuel De Martonne, falece. Sternberg presta uma homenagem póstuma em um comentário publicado pela Revista Brasileira de Geografia na edição seguinte, já em 1956. Nesse breve comentário, Sternberg busca resgatar a contribuição do geógrafo francês e ex-presidente da UGI, Emmanuel de Martonne, tendo em vista seu falecimento no ano de 1955. Sternberg resgata as contribuições para a inovação da Geografia na vastíssima obra do geógrafo francês, destacando a primeira carta morfológica relativa a um país inteiro – a França – lançada em 1943.

Durante o período em que esteve na presidência da UGI, por duas décadas, De Martonne fez a União sobreviver durante e após a Segunda Guerra Mundial e conseguiu manter sua produção intelectual de uma Geografia regional, herdada de Vidal de La Blache – que era também seu sogro – que era exercida na França como “algo belo e não um conjunto hermético de jargão técnico”.

Sternberg, como um geógrafo de trabalhos mais inclinados à Geografia Física, reconhece à De Martonne o pioneirismo em estabelecer estudos desse campo da Geografia na França, muito mais apegada à síntese regional e Geografia Humana, percebendo que já uma Geografia realizada na Alemanha e Estados Unidos, por Richtofen e Davis, respectivamente.

Por fim, a atuação internacional de Emmanuel De Martonne é resgatada através de seus trabalhos e palestras conferidas em diversos países do leste europeu e do continente americano. No Brasil, esteve em duas oportunidades e se dedicou enormemente a alguns temas de Geografia do Brasil, publicando inclusive alguns trabalhos nos periódicos nacionais.

A participação de Sternberg no XVI Congresso da União Geográfica Internacional, em Lisboa, no ano de 1949 como professor catedrático da FNF*i* já havia sido noticiada,⁸ juntamente com outros representantes de entidades brasileiras. Após o XVII Congresso, no México, ficou definido que a próxima sede seria o Rio de Janeiro, sendo pioneiro entre países do sul. Em 1953 é formado o Comitê Nacional do Brasil para as preparações do evento, tendo Sternberg como secretário-geral e Aroldo de Azevedo como presidente-honorário. Tal situação demonstrou uma preponderância de influência que as universidades de São Paulo e do Brasil começavam a desempenhar sobre a vanguarda da Geografia brasileira, embora ainda fosse dominada pelo IBGE (BONFIM, 2010).



Imagem 3: (da esq. para a dir.) Orlando Ribeiro, 1º Vice-Presidente da UGI; Hilgard Sternberg, Vice-Presidente da UGI.; Paranhos Antunes, secretário-geral do CNG; e Mario Lacerda de Melo, presidente da AGB em reunião preparativa para o XVIII Congresso Internacional de Geografia

Fonte: Revista Brasileira de Geografia: IBGE. v. 16, n. 3, 1954. p. 108

O encontro foi realizado na ilha de Villegagnon, Rio de Janeiro, sede da Escola Naval, entre os dias 9 a 18 de agosto de 1956. O Congresso registrou 1220 inscrições; sendo 59 países inscritos, dos quais 53 estavam inscritos para trabalhos (EVANGELISTA, 2004). Contudo, essa oportunidade única para os geógrafos brasileiros não ficou restrita ao espaço oficial do evento. Paralelamente, cursos de “Altos Estudos” seriam realizados na Universidade do Brasil, criando uma esperada interação entre diferentes matrizes do pensamento geográfico mundial.

⁸ NOTICIÁRIO. Revista Brasileira de Geografia. vol. 11, n. 4, 1949. pp. 161

No entanto, o pensamento político de Sternberg em oposição aos métodos e aos geógrafos de orientação marxista se mostrou mais presente nesse momento. Geógrafos de destaque e que eram requisitados para esses cursos, como Jean Tricart, Pierre George e Michel Rochefort foram excluídos e impedidos de se fazerem presentes no espaço universitário da FNFi (GEIGER, 1988) (MACHADO, 2002). O IBGE, que era um órgão do governo, e que possuía grandes divergências internas, abrigou parte desses geógrafos, como Rochefort e George. Jean Tricart se aproximou de Milton Santos, seu futuro colega, nesse período e o brasileiro leva o francês para o estado da Bahia, apesar do veto difundido por Sternberg (MACHADO, 2002). Na Universidade, predominaram os Altos Estudos dirigidos por Carl Troll, André Cailleux, Pierre Mombeig e Pierre Deffontaines.



Imagem 4: Sternberg ao lado de alunas durante trabalho de campo em Itajaí, SC.

Fonte: LACORTE et al, 2011. p. 192

A despeito desses acontecimentos, o Congresso foi tido como sucesso e suas atividades encontraram ressonância em publicações do período (BONFIM, 2010). O fato foi celebrado por ter o Rio de Janeiro vencido a escolha da sede contra Londres. A vitória aconteceu após uma troca de “gentilezas” entre brasileiros e americanos. O Brasil havia se candidato para sediar o Congresso de 1952, mas retirou a candidatura para apoiar a capital norte-americana, Washington, que comemorava o centenário da Associação Geográfica Americana. Em contrapartida, os norte-americanos apoiaram maciçamente o Brasil como sede

seguinte (EVANGELISTA, 2004). A aproximação com a Fundação Rockefeller e os Altos Estudos ministrados no CPGB abririam ainda mais as portas de Sternberg para sua transferência futura a Berkeley.

2 – A TRAJETÓRIA INTELECTUAL E A INFLUÊNCIA ATRAVÉS DO ENSINO

2.1 – A DIDÁTICA DOCENTE UNIVERSITÁRIA: INFLUÊNCIA SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES

Desde seu ingresso no campo de atuação da Geografia, antes mesmo de concluir a graduação, Hilgard Sternberg já desempenhava uma grande preocupação não somente com os rumos epistemológicos da Geografia nacional, mas também em como ela seria ensinada às novas gerações e como isso poderia impactar o futuro da ciência geográfica no país.

Essa profunda preocupação já se delineava em 1939, quando escreveu uma monografia destinada à banca do concurso para inspetor regional de ensino do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de obter condições para exercer uma futura admissão como professor do Colégio Pedro II, o que ocorreu em 1941 (OLIVEIRA, 2013). A monografia em questão versava sobre a importância do Escotismo, introduzido no Brasil em 1910, como um grande auxiliador à educação formal, rompendo um mito existente sobre os escoteiros de se resumirem a acampamentos e excursões (STERNBERG, 1939 *apud* OLIVEIRA, 2013, pp. 7). A intenção era explicitar a importância da saída do conteúdo meramente teórico e a execução de práticas que exigiriam capacidade de aplicação das leis e conteúdos aprendidos nos bancos escolares. Tal estratégia já adotada pelo Escotismo poderia ser estendida, ampliando o interesse dos alunos sobre as aulas formais. Além dessa importância, cabe ressaltar o aspecto honroso a que era atribuído à figura do escoteiro, identificando a perspectiva de um conservadorismo da juventude católica brasileira, aspecto ainda marcante na trajetória futura do autor.

As atividades docentes na Universidade do Brasil também possuem os mesmos traços de inquietude e ativa participação de Sternberg junto aos esforços para que seus alunos rompessem a repetição memorizada, e identificassem os significados práticos dos conteúdos ensinados. O recurso do trabalho de campo, nesse quesito, se apresenta não somente como um método do geógrafo, mas também do professor de Geografia.

Após seu falecimento, em 2011, diversos obituários e comentários de geógrafos e demais profissionais que foram seus discentes foram publicados, sempre exaltando os esforços de Sternberg para fugir à uma tradição professoral latina onde o professor não se

desvinculava da posição de expositor sobre um tablado. Segundo homenagem publicada quando de seu falecimento:

Dava vida ao Curso de Geografia. Sua habilidade em rapidamente desenhar perfis e “blocos-diagrama” no quadro negro, apresentando, por exemplo, a evolução do relevo do Nordeste brasileiro permanece na memória de muitos de seus ex-alunos. Com esse tipo de recurso estimulava a imaginação geográfica e compensava a pobreza de material didático disponível na faculdade. Outra iniciativa de grande ajuda para os alunos era a produção de pequenas apostilas sobre diversos temas da geografia brasileira, que ficaram conhecidas pelas duas primeiras palavras do texto, assim como as bulas papais... Trabalhos despreziosos como esses ajudavam a preencher o vácuo de artigos e livros atualizados sobre a geografia do Brasil.

(LACORTE, et al. 2011, pp. 190)

Como sua atividade docente não ficava restrita às salas de aula, buscava também articulações com institutos e órgãos internacionais a fim de angariar fundos e apoio para os recursos necessários a instrumentalização mais sofisticada da Geografia universitária. Com o mesmo rigor com que exigia dos alunos a aplicação em estudos de campo e de gabinete, também buscava em geógrafos estrangeiros o contato mais próximo com métodos diversos, inclusive traduzindo ou divulgando comunicações e periódicos da Alemanha e Estados Unidos, concedendo alternativas à Geografia francesa, já bastante presente nas universidades brasileiras em função da participação de professores franceses na Geografia institucionalizada.

Em 1948, escreve para a Revista Brasileira de Geografia, na seção de “comentários”, se trata de uma resenha do primeiro número do periódico alemão “Erdkunde; Archiv für Wissenschaftliche Geographie, de edição do geógrafo germânico Carl Troll. A apresentação destaca a finalidade de reiniciar as contribuições da Geografia alemã, “em meio aos escombros deixados pelo III Reich”, sendo a primeira manifestação doutrinária desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Sternberg destaca que Carl Troll, na apresentação, apresenta um reconhecimento dos erros cometidos pela Geografia que se serviu ao fascismo e ao nacional-socialismo - salientando os efeitos do determinismo sobre a Geografia Humana e a política autárquica sobre a Geografia Econômica - mas que houve também inegáveis avanços na

ciência que não podem ser simplesmente descartados para retornar ao cenário de 1933, quando da ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha. Separar as perversões político-partidárias da ciência pura seria a árdua tarefa dos geógrafos do período pós-nazismo.

Um dos principais alvos da crítica de Carl Troll, foi a “Geopolitik” de Karl Haushofer, que tanto serviu aos ideais nazistas. Buscando o testamento político de Haushofer – “Em defesa da Geopolítica alemã” – Troll a afasta da ciência e realça sua diferença para a Geografia Política. Durante sua crítica, Troll já destacaria os novos rumos da Geografia moderna, onde “urge distinguir entre as dependências puramente naturais, físicas, e biológicas da ecologia, e as causalidades sociológico-econômicas”, apresentando o funcionalismo em vez do simples causalismo, e o historicismo em vez da apreciação estática como rumos da Geografia a ser realizada então.

O curto comentário sobre o periódico é concluído com a lembrança das inestimáveis contribuições de geógrafos germânicos para a ciência, e sua grande contribuição dada – e ainda a ser mais explorada – para a então recente Geografia acadêmica brasileira. Com votos de sucesso e esperança de que novos tempos não retornassem a obscurecer o campo geográfico alemão, Sternberg realça a confiança no periódico que era então iniciado a circular.

Durante ainda os seus anos como professor da FNFfi, Sternberg também atuou como docente no Instituto Rio Branco, entre os anos de 1947 a 1956, onde são formados os diplomatas brasileiros antes de ingressarem na representação do país no exterior. Sendo um instituto de extrema importância estratégica para o país, o acesso do geógrafo a esse posto demonstra o prestígio social conquistado junto às entidades governamentais ainda em seus primeiros anos como geógrafo no Brasil (EVANGELISTA, 2014). Sua atuação enquanto lecionava para os futuros diplomatas é lembrada e difundida com o mesmo entusiasmo aplicado às atividades acadêmicas e universitárias. Segundo Gerd Kohlhepp:

Quem teve a oportunidade de conhecer Hilgard em aulas ou durante longas excursões, apreciava sua habilidade didática, seu carisma, sua ética profissional, seu jeito informal, sua capacidade de contatos e sua simpatia natural. Ele era uma pessoa cativante. Os estudantes adoravam os seus “blocos-diagramas” com os quais ele explicava detalhes geomorfológicos. Hilgard era um excelente orador que entusiasmava seus ouvintes. Ele exigia muito dos seus colaboradores, como a intensa concentração durante o trabalho científico e

flexibilidade na organização dos trabalhos. Provocava, no entanto, colaboradores e estudantes quanto à rigidez das questões e das discussões.

(KOHLHEPP, 2015, pp. 46)

A saída para os Estados Unidos em 1964 demonstra que sua articulação internacional era destacada, como em sua relação com órgãos internacionais como a UNESCO⁹. Entretanto, o vácuo deixado pelo catedrático permite que seus orientandos e assistentes assumam as atividades docentes e de pesquisa deixadas por Sternberg. Maria do Carmo Corrêa Galvão, que havia ingressado na Universidade como auxiliar de ensino em 1951, assumiu a cátedra e o trabalho de pesquisa do CPGB. (MACHADO, 2002). Sua atividade de pesquisa se destaca após 1964, com a constante influência do apoio que recebera de Sternberg em eventos nacionais e internacionais. Como também se alinhava politicamente à direita, pôde usufruir do prestígio de Sternberg junto à Universidade para que consolidasse sua posição inicialmente, podendo seguir caminhos mais específicos de seu interesse, como a Geografia Agrária (EVANGELISTA, 2014).

Bertha Koiffmann Becker também foi uma das grandes alunas diretamente influenciadas por Sternberg para sua consolidação acadêmica. Sendo irmã de Fany Davidovich, e estando em contato com os alunos pioneiros dos cursos de Geografia, como Pedro Geiger e Lysia Bernardes (BECKER, 1993), Bertha Becker participa do importante Congresso Internacional de Geografia, na Comissão de Recepção (EVANGELISTA, 2004). A partir de seu desempenho, é admitida como auxiliar de ensino em Geografia do Brasil, disciplina conduzida por Sternberg, em 1957, e passa a exercer sua influência também no CPGB, onde deu continuidade às suas atividades até sua extinção, mesmo após a ida de Hilgard para Berkeley.

A transferência para outra universidade, também de excelência e de referência para a Geografia internacional pode implicar sérias mudanças metodológicas e de atuação de um docente. É de conhecido saber que a articulação política de Sternberg fez com que a Geografia obtivesse grande desenvolvimento na Universidade do Brasil durante os anos em que esteve sob sua liderança, e o mesmo não poderia não ocorrer em uma universidade estrangeira.

⁹ NOTICIÁRIO. Revista Brasileira de Geografia. vol. 12, n. 3, 1950. pp. 145

Porém, ao se transferir para Berkeley em 1964, Sternberg ocupa um importante departamento de estudos latino-americanos, onde se torna uma notável referência de estudos amazônicos (DAWSEY, 2005), se destacando como voz brasileira ativa na atividade acadêmica dos Estados Unidos até alcançar a posição de professor emérito. Através do domínio não somente do idioma, mas também da metodologia oriunda da Geografia anglo-americana, Sternberg prosseguiu em seus esforços, sendo figura presente em congressos internacionais e mantendo publicações sobre a região amazônica, mantendo bases de sua abordagem entre a população e o meio. Tal atividade atraiu demais estudantes entusiasmados pelos estudos brasileiros, influenciando uma “nova geração” de geógrafos norte-americanos especializados em assuntos de Geografia do Brasil, particularmente em Berkeley. Da “nova geração” sobressaíram nomes como Brian Godfrey, Nigel Smith, e Robert Voeks como os mais prolíficos (DAWSEY, 2005).

2.2 – PRINCIPAIS OBRAS DIFUSORAS DE SUAS GEOGRAFIAS

As atividades de pesquisa de Sternberg foram extensas e representaram, para muitas gerações de geógrafos, uma abordagem completa sobre a relação homem-meio, com aspectos de inovação e vanguarda, como a preocupação com o que hoje conhecemos por sustentabilidade e degradação ambiental. Apesar de sua linha claramente anticomunista, contestava aspectos do desenvolvimentismo apregoado sobretudo sobre o meio rural. (LACORTE, 2011).

Após o ingresso na Universidade do Brasil, em 1944, Sternberg começa a buscar desempenhar seu papel ativo na pesquisa, inicialmente voltado para o campo da Geografia Física, a partir da influência de suas atividades nos Estados Unidos em conjunto com o professor Richard J. Russell sobre a bacia do rio Mississippi. O trabalho em questão influenciaria bastante a escolha pelo estudo da bacia do rio Amazonas no futuro.

A preocupação com a pesquisa e ensino de Geografia física fica explícita com a publicação de uma proposta de glossário de ciência do solo para o português, na Revista Brasileira de Geografia (STERNBERG, 1947). O mesmo exercício aparecia de elaboração de manuais aparecia em diversas oportunidades¹⁰ na transição da década de 1940 para 1950

Em 1949, no XVI Congresso Internacional de Geografia, já citado no capítulo anterior, demonstra sua preocupação com o estudo sobre a influência antrópica nas enchentes

¹⁰ NOTICIARIO. Handbook of Latin American Studies. Revista Brasileira de Geografia: IBGE. vol. 12, n. 4. 1950. pp. 131

no Vale do Paraíba. Originalmente intitulado “*Food and landslides in the Paraíba Valley, December 1948 – Influence of destructive exploitation of the land*”, o trabalho foi incentivado por um desastre ocorrido pela inundação da área do Sul de Minas Gerais no verão de 1948, com diversas perdas humanas e econômicas. Logo, o estudo foi encomendado pelo Instituto de Economia da Fundação Mauá para melhor compreender o fenômeno e a extensão do mesmo.

Agrupando os fatos responsáveis pelo flagelo em três grandes grupos - características das bacias hidrográficas, distribuição das chuvas e condições do solo e do revestimento vegetal – o autor debruçou-se a traçar as “responsabilidades” pelo desastre. O relevo de vale, com extensas planícies de inundação, as chuvas nas cabeceiras dos rios (causando as “trombas d’água), e a pouca capacidade de absorção do solo por uma saturação de água do mesmo foram as primeiras causas observadas.

O momento seguinte é uma acusação ao uso desmedido do solo, para moradia e lavouras em áreas inapropriadas, o que acelerou o processo de erosão e estabeleceu as condições favoráveis à ocorrência da catástrofe. Culmando o próprio pensamento do “Novo Mundo” sobre a abundância da terra, o hábito o do cultivo de café, que planta e deixa a terra exaurida a ser abandonada para abertura de novas frentes, o autor responsabiliza os hábitos que “remontam formas pré-colombianas de cultivo” pelo desastre, que acentuou os efeitos nocivos de uma chuva excepcional.

Analisando medidas de correlação entre a distribuição de chuvas, o revestimento vegetal e a declividade do solo, o autor destaca áreas mais perigosas quanto a eminência de um novo desastre, recomendando de imediato medidas reparadoras e limitantes para a ocupação das mesmas. O autor critica propostas de solução paliativa e sugere que, para definitivamente solucionar o problema e – mais sério ainda – evitar que se alastre, necessitasse uma cooperação entre os fazendeiros da região e os órgãos estatais. Tomando como exemplo os “Conservation District” dos Estados Unidos da década de 1930, equilibrando a relação do binômio homem-meio e racionalizando suas lavouras, descobrindo as “vocações culturais” de cada gleba. Não seria necessário retirar a figura do homem da paisagem, afim de permitir a “natureza intocada”, mas buscando, através dos órgãos de governo formas de auxílio aos lavradores, em geral, desinformados sobre as formas de buscar esse tipo de agricultura.

Destaca-se a conclusão do autor, reforçando a – desde então – urgente necessidade de mudar a forma como o homem enxerga a paisagem e a natureza através de seus recursos. Citando o autor Farfield Osborn, Sternberg indica que serão necessárias “medidas heroicas”

para evitar o esgotamento dos recursos da terra. Sternberg ainda cita William Hoyt para confirmar a necessidade, também, de que o homem compreenda as formas de relevo, em especial as planícies de inundação, para que os desastres não acabem se tornando eventos recorrentes. (STERNBERG, 1949)

Em seus esforços para buscar fontes e referências mais diversas, que fugissem dos franceses radicados no Brasil, Sternberg divulga breve comentário que visa propagandar um sistema de classificação climática do geógrafo Martin Vahl, e divulgado pelo Instituto de Geografia da Universidade de Aarhus, da Dinamarca. O sistema de classificação de zonas climática ainda estabelece relações com a distribuição da população mundial sobre eles e a produção de cereais em cada um deles. Por exemplo, na zona temperada setentrional, são, em ordem decrescente de importância, produzidos trigo, milho e aveia. (STERNBERG, 1950).

Ainda em 1950, associando sua pesquisa na bacia do rio Mississipi com o que encontrara em seus estudos na bacia amazônica, logo ao início de um artigo da Revista Brasileira de Geografia chamado “Vales tectônicos na Planície Amazônica?”, o autor esclarece que o propósito do artigo não é responder à indagação-título do mesmo, mas levantar a questão a demais estudiosos com as indicações que o fizeram formular a pergunta.

Os rios observados em fotografias e sobrevoos aéreos apresentam sentidos paralelos, indicando que as bacias hidrográficas tivessem sido escavadas sobre um sistema conjugado de juntas ou falhas, assim como evidências geológicas sugerem movimentos de massa na área. Desmoronamentos e tremores de terra observados na região tinham, entre relatos de habitantes da região, uma relação de causalidade do primeiro sobre o segundo. O autor levanta a possibilidade do inverso, os tremores – ainda que de menor magnitude – terem levado a grandes desmoronamentos na região. Logo, Sternberg questiona se haveria na Amazônia um acúmulo de sedimentos tão grande que pudesse vencer a estabilidade da crosta, e romper o balanço isostático.

Ao longo do artigo, o autor estabelece uma analogia a um falhamento que apareceu no Mississipi, Estados Unidos, enquanto o próprio se encontrava no país. As características semelhantes permitiram que a utilizasse como base de exemplos para inferir sobre as possibilidades da indagação-título. Aproveitando dados alcançados pelos técnicos do Conselho Nacional do Petróleo, o autor demonstra que há indícios iniciais, e o mesmo destaca o limite desses indícios pela falta de maiores aprofundamentos técnicos, que sugerem uma falha na região de Itacoatiara, como ousou indagar o artigo. A conclusão faz uma reflexão sobre os avanços científicos que poderiam, no futuro, responder ou descartar a hipótese levantada, mas que o mérito do artigo tenha sido justamente levantá-la.

Em 1951, utiliza-se de seus recursos intelectuais e de sua especialização em Antropologia e Etnografia em 1941, enquanto aluno de Arthur Ramos e publica “meditações geográficas sobre a América”.

O comentário disposto versa sobre o trabalho homônimo do geógrafo Pierre Deffontaines, publicado em espanhol no periódico *Estúdios Americanos* em 1951. Destaca-se a diferença entre a geografia do Velho e do Novo Mundo. No Velho Mundo, as migrações, e a própria geografia se estende no sentido dos paralelos, em Leste-Oeste. No Novo Mundo, por sua vez, é uma geografia em norte-sul. O próprio continente americano é somente um imenso continente desde o Ártico até a ligação submersa com o Antártico. As cordilheiras das Rochosas e dos Andes se deslocam nesse sentido, e os próprios povos pré-colombianos se distribuíram no espaço americano no sentido norte-sul. Daí surge o estranhamento e a diferenciação quando da “marcha para o oeste” dos Estados Unidos após sua independência. Da costa seca do Pacífico à costa úmida do Atlântico, muito distintas são as paisagens e as características naturais em seu entreposto. Conclui seu comentário demonstrando a diferença da ocupação indígena, mais exitosa nas altitudes mais elevadas à oeste do continente, das de ocupação europeia, mais exitosas em baixas latitudes à leste do continente. Salienta, por último, que o colono europeu na América se metamorfoseou e deu origem a um novo pensamento e espírito, crente no êxito e sucesso contínuo no triunfo de sua expansão pelo continente.

Ainda no ano de 1951 uma importante obra é publicada sobre os aspectos da seca no Nordeste, mais especificamente no Ceará. Tal obra se relaciona com uma das origens do convite, em 1957, de Sternberg pela UNESCO para análise da zona árida do Egito, e sua relação com a bacia do rio Nilo. A abordagem homem-meio do autor atraíra a atenção de instituições internacionais (BECKER, 1993). O artigo reproduz um trabalho apresentado para a Câmara dos Deputados em 19 de setembro de 1951, a convite da Comissão do Polígono das Secas. O artigo se restringiu, no entanto, aos aspectos somente geográficos, se abstendo de expor – como foi exposto no trabalho original – a situação penosa dos flagelados cearenses e as políticas assistencialistas adotadas.

A primeira consideração versa sobre o regime pluviométrico da região, que tanto a caracteriza. O autor demonstra a alternância entre a estação úmida do primeiro semestre, chamada de “inverno” pelos habitantes, e a seca do segundo semestre, chamada de “verão”. O problema da água é abordado por duas frentes escolhidas pelo autor: a precipitação da umidade das massas de ar, e o destino das águas pluviais que atingem os solos. Sem ater-se à origem da irregularidade das chuvas, já bastante aprofundada por meteorologistas. Através de

índices pluviométricos, o autor demonstra o efeito da chuva orográfica e as diferenças das áreas a barlavento e a sotavento do relevo, tendo – inclusive – bastante precipitação nas partes elevadas da altitude. O autor demonstra conhecimento de alguns estudos europeus e americanos sobre as “chuvas artificiais”, que ainda continham resultados controversos.

O volume de água sobre o solo, para também considerar a evapotranspiração, é observado as características de ordem geológica e pedológica dos ambientes. Nas serras cristalinas o solo é que retém a água, dada a natureza impermeável da rocha-matriz. Nos terrenos sedimentares, é a rocha, porosa, que retém mais água. O homem possui papel ativo no agravamento dos efeitos da seca, já tão naturalmente penosas. Em áreas mais elevadas, demonstradas que possuem um maior índice pluviométrico, os agricultores cultivam segundo linhas de maior declive, deixando o solo exposto para ser carregado pela erosão pluvial nos intervalos entre os cultivos.

A construção de açudes e a silvicultura são levantadas por Sternberg como duas soluções realizadas e sugeridas ao longo dos anos para a região. Contudo, limitantes são observados para cada um deles. A açudagem é louvável, segundo o autor, mas é paliativo porque não possui condições de ser extensiva a toda a região, além de ocorrer muitas perdas de preciosos milímetros no processo através de reservatórios. A silvicultura é classificada como uma medida que não iria beneficiar as áreas de cultivo, uma vez que haveria também consumo de água pelas plantas, mesmo regularizando elas o regime hidrológico. O autor levanta uma solução mais adequada para a região: a chamada “agricultura conservadorista”.

A “agricultura conservadorista” não excluiria nem a açudagem, nem a silvicultura, mas as englobariam em um planejamento realizado após detalhada análise regional. Utilizando o conhecimento tradicional como base, quando ouviu-se dizer que “o solo embaixo das pedras é melhor, porque é mais úmido”, formulou-se a intenção de conservar a água que cai sobre o solo, aumentando a capacidade de infiltração, diminuir a velocidade do escoamento superficial, acumulando a água exatamente onde ela cai, antes que forme correntes de lavagem e destruição do solo ao descenderem o relevo. O autor lista o funcionamento da “agricultura conservadorista” em par com os açudes. Destaca ainda que a proposta não é miraculosa, e tem em vista melhorar as condições de cultivo. As condições naturais permanecem sendo extremas na região, tanto que, em alguns casos, nem mesmo a proposta poderia ser exequível. Lembra ainda que há uma grande extensão de “rochas graníticas impermeáveis em zonas áridas, que serão constituídas sempre como um deserto”

Ao final do artigo, Sternberg destaca os trabalhos que o inspiraram e nos quais se baseou para estudar o caso elucidado. Casos do passado da história do norte da África,

levantados pela autora Stéphane Gsell e o geógrafo Rhoads Murphey, são resgatados e observados como exemplos de contorno das condições naturais extremas para a agricultura, casos que poderiam ser aplicados no Brasil.

O autor ainda expõe uma posição política pessoal ao comentar o regime de arrendamento da terra pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Sendo a favor da propriedade privada no campo, como uma das melhores formas de se obter segurança para a população agrícola. Para tanto, seria preciso que houvesse a posse da terra pelos agricultores da região. O arrendamento da terra feito a partir da política do DNOCS á época pregava os prazos curtos de arrendamento, favorecendo ao esgotamento do solo. Sem a posse efetiva do solo, não haveria o comprometimento para com o mesmo, como ocorreria com a posse de propriedade individual.

Após a realização do Congresso Internacional de Geografia em 1956, Sternberg escreve a tese de sua mais famosa e difundida obra: “A Água e o Homem na Várzea do Careiro”. Com uma segunda edição lançada em 1998, a obra reúne diversas preocupações metodológicas e, inclusive, futuras com a tendência à alta especialização dos diversos campos da Geografia. Foi a compilação de diversos conceitos e dados de diversas ciências, como a geologia, arqueologia, ecologia e sociologia, que tornou essa obra uma referência tão importante, não somente para a Geografia do Brasil, mas sobre a própria trajetória do autor (RIOS, 2000).

Ao longo da abordagem, Sternberg demonstra que lançou mão de sofisticados recursos disponíveis à época, como as imagens de satélite e datação com Carbono 14, mas que todos os recursos são incapazes de substituir a visão do geógrafo *in loco*. A síntese sistemática, apesar de afastar a Amazônia enquanto região exótica, mística e desconhecida, tampouco é apenas um emaranhado de dados que afastariam a capacidade de aproximação da realidade. A posição central da água com efeitos não somente pedológicos ou erosivos, mas também sobre o desenvolvimento humano e a forma de ocupação local já demonstra uma perspectiva ambiental que viria a ser dominante sobre a Amazônia após a “febre” nacional-desenvolvimentista.

Com a ainda parca bibliografia sobre a Amazônia, Sternberg recorre a diferentes penas de europeus e norte-americanos (DAVEAU, 1998), porém já valorizando a sabedoria popular do conhecimento tradicional através de diversos depoimentos recolhidos com a população local. O resgate recente das obras em uma segunda edição realçou a importância de Sternberg para a constituição de uma verdadeira Geografia Regional no país.

Com a projeção internacional alcançada pela divulgação internacional de suas obras, o doutoramento na Louisiana State University, sob orientação de Richard Joel Russell em 1956, e na Universidade do Brasil em 1958, Sternberg permanece como mais importante influência em pesquisa universitária no Brasil através do CPGB. Porém, com a animosidade crescente no cenário da década de 1960 entre comunistas e conservadores, o ambiente universitário sofre grandes pressões. Professores eram acusados – justa ou injustamente – de denunciar colegas e alunos comunistas. Sternberg, cuja orientação anticomunista era clara e evidente, receava o efeito negativo que isso poderia ter sobre suas atividades e de seus orientandos (MONTEIRO, 2013). Com isso, aceita o convite para a Universidade de Berkeley em 1964, iniciando uma nova fase em sua vida acadêmica e pessoal.

2.3 – GEÓGRAFO INTERNACIONAL, OBJETO DE VIDA LOCAL

A Universidade de Berkeley, na Califórnia, até hoje se apresenta como uma importante referência no campo da Geografia internacional. Entre os destaques, pode-se afirmar a corrente que deu origem à Geografia Cultural de Carl O. Sauer, influenciando também linhas de pesquisa em história ambiental em suas atividades acadêmicas (CORREA; ROSENDAHL, 2008).

Alcançando a chefia do Departamento de Geografia de Berkeley em 1923, Carl Sauer expande os estudos de enfoque latino-americanos, iniciando a partir do México. Em 1950, Sauer desenvolve trabalhos na Amazônia, relacionando a distribuição de plantas e cultivos aos hábitos históricos de povos amazônicos. Para tal, recorre a uma bibliografia existente em artigos de Sternberg (HANSON, 2006). Diversos professores de Berkeley já haviam se aproximado de Sternberg no Brasil, como Gottfried Pfeifer e Richard Russell, e a influência de Sauer na chamada “Escola de Berkeley” tornou o ambiente propício ao tipo de estudo realizado por Sternberg na Amazônia. Para ilustrar o cenário que antecedeu a chegadas de Hilgard Sternberg à Berkeley, destaca-se a reprodução de MATHEWSON; SEEMANN, 2008:

Durante as décadas de 30, 40 e 50, Sauer orientou os projetos de pesquisa de muitos alunos de pós-graduação em Berkeley e conseguiu criar um departamento acadêmico que possuía identidade própria e um lugar estabelecido na geografia norte-americana. Baseando-se na abordagem histórico-cultural de Sauer, os geógrafos de Berkeley enfatizaram as paisagens da América tropical e mantiveram laços

estreitos com as disciplinas de história e antropologia e as ciências naturais. De tempos em tempos, Sauer também realizava estudos sobre recursos naturais e questões de povoamento transatlântico com o apoio de órgãos governamentais ou da iniciativa privada. Um dos seus projetos, por exemplo, englobava o estudo de solos no sul dos Estados Unidos durante a Grande Depressão que transtornou o país entre 1929 e 1939. Através dessa experiência, Sauer chegou à conclusão de que as economias modernas tinham um potencial altamente destruidor. Sauer começou a atuar cada vez mais na defesa e proteção de modos de vida e direitos de povos indígenas, camponeses e populações rurais em geral, os quais mostraram uma resistência ao desenvolvimento e à modernização predadora.

Portanto, a ida de Sternberg aos Estados Unidos permitiu ao mesmo que não se afastasse de seu objeto de estudo principal, a Amazônia. E mais importante ainda, permitiu ao geógrafo que o fizesse livre de pressões ideológicas ou políticas que se tornavam conturbadas no Brasil. O curso de Geografia da Universidade do Brasil seguiu um caminho que corroborava com as perspectivas de Sternberg, quando se instalou no campus da Ilha do Fundão após a federalização, se aproximando das Ciências Matemáticas e da Terra, como a Geologia (MACHADO, 2002). Contudo, foram também muitas as dificuldades que poderiam interferir na continuidade do trabalho de Sternberg no território universitário brasileiro.

Assim, Sternberg insere o Brasil no contexto de estudos latino-americanos que eram bastante focalizados nos países de língua espanhola. A proximidade acadêmica com os estudos latino-americanos de Carl Sauer fez com que a Geografia desenvolvida por Sternberg, abrangente e profundamente conectada à paisagem, possa ser vista hoje como um ponto inicial do que, posteriormente, seria desenvolvido como Geografia Cultural (CORREA; ROSENDAHL, 2008). Entretanto, por ter desenvolvido essa relação já nos Estados Unidos, seus discípulos no Brasil seguiram outras correntes de pensamento e linhas de pesquisa, embora alguns mantivessem enorme dedicação a Amazônia. Suas antigas bolsistas do CPGB, que seguiram com o Centro de Pesquisas até a reforma universitária da década de 1970, enveredaram-se por outros caminhos, como a Geografia Política no caso de Bertha Becker e Lia Osorio e Geografia Agrária no caso de Maria do Carmo Galvão e Ana Maria Bicalho.

Uma análise a partir de sua atividade acadêmica nos Estados Unidos¹¹ permite perceber que manteve sua atividade e integração internacional, sendo um dos professores com maior número de participações em congressos e eventos internacionais. Com o aumento do alcance do desmatamento na Amazônia na mídia e universidades estrangeiras, suas obras são desvendadas e atingem um maior número de leitores, tornando-o uma das mais pioneiras vozes que denunciavam os males antropogênicos na Amazônia a partir de um geógrafo latino-americano, como foi explicitado neste trabalho.



Imagem 5: Hilgard Sternberg em sua sala na Universidade de Berkeley, em meados da déc. 2000

Fonte: SANDERS, R. 2011.

Sua fluência em inglês, português, espanhol, alemão e francês o permitiu a manutenção da tradição de buscar referências em diversas escolas, fornecendo uma importante diversidade bibliográfica. Mesmo em idade avançada, era admirado pela atividade constante e incansável (SANDERS, 2011). Tal respeito era confirmado nas mais singelas, mas notórias, demonstrações como a permissão que tinha para estacionar seu automóvel em vagas destinadas a vencedores de prêmios Nobel da Universidade.

¹¹ Parte das informações extraídas do obituário de Hilgard Sternberg escrito por SANDERS, Robert, 2011. Disponível em: <http://news.berkeley.edu/2011/03/04/amazon-expert-hilgard-o%E2%80%99reilly-sternberg-dies-at-93/> Acesso em: 05 out. 2016

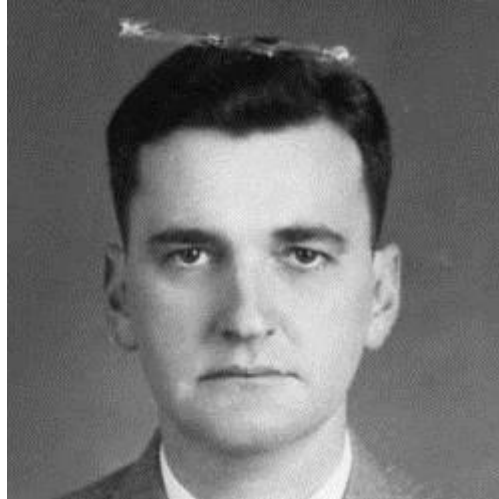


Imagem 6: fotografia de Sternberg bem jovem disponível no Memorial da Fundação Guggenheim, onde foi laureado em 1978 por seus estudos sobre meio ambiente

Fonte: Guggenheim Foundation Memorial¹²

De fato, a partir de sua atuação nos Estados Unidos foi laureado com prêmios e títulos em diversas instituições no mundo. Em 1956 foi laureado com a Medalha de Comendador da Ordem Nacional do Mérito, logo após sua participação no Congresso da UGI. Em 1967, foi novamente agraciado com a Medalha de Comendador da Ordem do Rio Branco. Além de sua atuação internacional, foi professor por anos do curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco. Em 1998, a maior condecoração científica do Brasil: Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Sternberg também recebeu títulos de outras universidades, como a Université de Toulouse, na França, que lhe concedeu o título de Doutor *honoris causa*, em 1964. Além da posição de professor emérito de Berkeley quando de seu falecimento, aos 93 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão buscou realizar uma investigação da trajetória espacial e intelectual de Hilgard O'Reilly Sternberg, apontando mudanças, tendências e permanências das Geografias praticadas pelo geógrafo ao longo de sua vida e atividade acadêmica. A partir de sua atuação central na consolidação da pesquisa universitária brasileira, e no crescimento e

¹² Disponível em: <http://www.gf.org/fellows/all-fellows/hilgard-oreilly-sternberg/> Acesso em 05/10/2016

consolidação da Geografia institucionalizada no país, é possível perceber não somente o território de vida do autor, mas também a influência para os caminhos trilhados pelo pensamento geográfico brasileiro.

Desde o nascimento o cosmopolitismo se apresentou para Sternberg. Filho de imigrantes e de nome estrangeiro, foi o único geógrafo formado pelo primeiro curso universitário do Distrito Federal, o Rio de Janeiro, a permanecer a retornar para a Universidade. Sua rápida ascensão demonstrou a grande habilidade política desenvolvida ao longo dos anos. Sua diversidade de temas abordados em trabalhos iniciais apresentou sua imensa curiosidade e desejo de desempenhar uma abordagem holística dos fenômenos geográficos. O caminho da Universidade em vez do caminho pela Geografia governamental do IBGE identifica sua intenção de contribuir sobremaneira para o desenvolvimento das universidades brasileiras. Com Aroldo de Azevedo da Universidade de São Paulo, forma a dupla brasileira de principal importância nesse pioneirismo acadêmico.

Os esforços são lembrados também pelo afincamento com que se dedicava à atividade docente. Além do interesse na pesquisa, era inclinado ao desenvolvimento de uma sala de aula dinâmica e que contribuísse verdadeiramente para a formação de seus alunos, o futuro da ciência no país. Por essas ações, é frequentemente lembrado por seus ex-alunos da Universidade do Brasil, do Instituto Rio Branco e da Universidade de Berkeley. Também desempenhou a atividade docente como visitante em universidades da França, México, Alemanha e China. No Brasil, com a carência de diversos materiais de pesquisa e didáticos, fez questão de formular suas próprias obras e traduzir as diversas contribuições da Geografia alemã, com a qual se afeiçoava bastante e buscava como alternativa à constante influência francesa no Brasil.

Não é demais salientar a importância da contribuição institucional de Sternberg à Geografia brasileira, especificamente à Geografia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aqui criou o CPGB, estreitou os laços com o IBGE – sobretudo a partir do Congresso da UGI em 1956 - e formou um grupo universitário de geógrafos atuantes no planejamento territorial nacional, com destaque para Bertha Koiffman Becker e Lia Osorio Machado. Nesse sentido cabe também destacar a atuação de Maria do Carmo Galvão, seu braço direito na Universidade após o fim de sua graduação em 1951, quando é admitida na universidade como Auxiliar de Ensino, e é quem se estabelece na cadeira de Geografia do Brasil quando da transferência de Sternberg aos Estados Unidos em 1964. Cabe ressaltar a intervenção que Sternberg exerceu para Galvão realizasse seu

doutoramento entre 1959 e 1962 na Universidade de Bohn, na Alemanha, sob orientação do biogeógrafo Carl Troll.

A busca pelo ineditismo o levou também à Amazônia, grande fronteira natural do país e alvo de diferentes tipos de pesquisa e estratégia dos governos. Com fácil entrada tanto na Universidade, quanto no Governo, encontrou nela o seu principal objeto de estudo. Na Amazônia conseguia aprofundar seus estudos antropológicos e de Geografia Física, sem perder a ótica sobre a Geografia Humana. Uma verdadeira Geografia Regional, injetando um início da Geografia Cultural. Sua abordagem da paisagem, de tão rica e encantadora, resistiu às mudanças epistemológicas das correntes desenvolvidas pela Geografia. Não foi por persistência conservadora que o trabalho de Sternberg permaneceu como referência ao longo dos anos, mas sim pela qualidade do que apresentara. É determinante ressaltar, inclusive, a atualização constante das matrizes de referência de Sternberg, buscando materiais e instrumentos modernos que pudessem contribuir aos seus estudos, negando o conhecimento estanque. Essa atuação é permanentemente encontrada nas diversas perguntas que o autor formulou ao longo dos trabalhos aqui expostos. Muitas das perguntas foram somente respondidas anos depois, em trabalhos posteriores. Por exemplo, uma série de perguntas formuladas em 1956 por sua principal obra, *A Água e o Homem na Várzea do Careiro*, foram retomadas em artigos divulgados em congressos na década seguinte (DAVEAU, 1998).

Contudo, suas posições políticas e acadêmicas também foram firmes e o levaram ao centro de grandes debates da Geografia Brasileira que permanecem em trabalhos e memórias do grupo inicial de geógrafos no Brasil. O principal ponto de oposição se deu no âmbito do Congresso Internacional de Geografia da UGI realizado no Rio de Janeiro em 1956, ponto mais importante de sua carreira no território brasileiro. A oposição declarada à participação de geógrafos marxistas fez com que sua figura também cativasse desconfiança e críticas de importantes nomes da Geografia nacional, como Milton Santos e Pedro Geiger (MACHADO, 2002).

Apesar de sua transferência para os Estados Unidos, a Amazônia permanece como eixo central de seus estudos e análises. Influencia toda uma geração de geógrafos norte-americanos em abordagens sobre a América Latina, mas tem seu nome paulatinamente diminuído de algumas referências no Brasil. As suspeitas de contribuição para a perseguição aos intelectuais de esquerda durante o Regime Militar não chegaram a apagar ou manchar seu nome da biografia universitária da Geografia no país, mas sua saída para os Estados Unidos o transformaram em um nome mais associado com os métodos e objetivos da ciência anglo-saxã que um expoente de uma Geografia Brasileira.

Para tal importante e existente discussão, confirmada após a exposição – criando interessantes debates - de resultados preliminares desta monografia em eventos acadêmicos e aulas curriculares, esse trabalho buscou resgatar as contribuições do nome de Hilgard O'Reilly Sternberg, que ficará sempre marcado nos anais da História da ciência do Brasil como um marco da Geografia universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S. *A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938 – 1998: uma relação entre documento e memória*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

ARANHA, P. *O IBGE e a consolidação da Geografia universitária brasileira*. Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 3, 2014. Acesso em: 05 set 2016. Disponível em: <http://terrabilis.revues.org/971> ; DOI : 10.4000/terrabilis.971

BECKER, B. K. *Memorial Bertha Becker*. Memorial de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia da UFRJ. 1993.

BONFIM, P. R. A. *XVIII Congresso Internacional da UGI, Rio de Janeiro, 1956*. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2010.

CAVALCANTI, A. P. B. *Fundamentos históricos metodológicos da pesquisa de campo em Geografia*. GEOSUL. v. 26, n. 51. 2011. pp. 39 – 58

CORREA, R. L., ROSENDAHL, Z. *A Geografia Cultural Brasileira: uma avaliação preliminar*. In: Revista da ANPEGE. vol. 4, 2008. pp 73 – 88.

DANSEREAU, P. *Introdução à Biogeografia*. Revista Brasileira de Geografia, vol. 11, n. 1, 1949. pp. 3

DAVEAU, S. *A Água e o Homem na Amazônia*. Finisterra. Lisboa: CEG. 1998. pp. 159 – 160.

DAWSEY, C. *Geography*. In: MARSHALL, C., ALMEIDA, P. R. *Envisioning Brazil: a guide to Brazilian studies in the United States, 1945 – 2003*. Madison: The University of Wisconsin Press, 2005. pp. 309 – 346.

EVANGELISTA, H. *O XVIII congresso da União Geográfica Internacional – UGI (Rio de Janeiro, 1956)*. Revista Geo-paisagem. Rio de Janeiro, jan.-jun, ano 3, n. 5. 2004

_____. *Conselho Nacional de Geografia*. Revista Geo-paisagem. Rio de Janeiro, jan.-jun. Ano 11, nº 21. 2012

_____. *Aspectos históricos da Geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

FERREIRA, M. M. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GEIGER, P. P. *Industrialização e Urbanização no Brasil: conhecimento e atuação da Geografia*. Revista Brasileira de Geografia, n. 50 (especial), tomo 2, Rio de Janeiro: IBGE, 1988. pp. 59 – 84

HANSON, R. *Identity and Memory: Transcribing Oral Histories of Plant Animism in the Upper Amazon*. Monografia apresentada ao Departamento de Estudos Latino-americanos para obtenção do título de Master's of Arts. Universidade do Kansas, Estados Unidos. 2006. p. 51.

HOLZER, W. *Nossos Clássicos: Carl Sauer (1889-1975)*. GEOgraphia. Ano II, nº4, 2000. p.135-136.

KOHLHEPP, G. *Pioneiros brasileiros nas pesquisas geográficas de desenvolvimento regional: Orlando Valverde e Hilgard O'Reilly Sternberg*. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Blumenau: PPGDR. ISSN 2317-5443, 2015.

LACORTE, M. et al. *Hilgard O'Reilly Sternberg (1917 – 2011)*. Homenagem. Espaço Aberto/PPGG-UFRJ. – Vol. 1, n. 1. Rio de Janeiro : Publit, 2011. Semestral ISSN 2237-3071

MACHADO, M. *A Geografia Universitária Carioca e o Campo Científico-Disciplinar da Geografia*. 2002. Doutorado em Geografia (Geografia Humana) (Conceito CAPES 7) . Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

_____. *Dicionário dos Geógrafos Brasileiros – Vol. I*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

MATHEWSON, K., SEEMANN, J. *A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley – um precursor ao surgimento da História Ambiental*. *Varia Historia*. Belo Horizonte: EdUFMG. vol. 24, n. 39. 2008.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. *Marina de Vasconcellos: guardiã da memória e professora — A história da Antropologia na cidade do Rio de Janeiro a partir de Arthur Ramos*. *Perspectiva Sociológica*. Rio de Janeiro, n. 6, ISSN 1983-0076, jan.-jul. 2011

MONTEIRO, C. A. F. Entrevista concedida a Eduardo Sombini, *Boletim Campineiro de Geografia*, publicação científica de periodicidade semestral vinculada à Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Campinas v. 3, n. 2, 2013. pp. 370 – 392

MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Ideologias Geográficas*. São Paulo: Annablume. 2005.

OLIVEIRA, M. G. L. *Instituto Ferreira Vianna - Escotismo e Educação: o projeto civilizador republicano no interior da escola (1929 – 1939)*. In: VII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2013, Mato Grosso: Cuiabá. ISSN: 2236-1855

RIOS, J. A. Recensões. *Ciência & Trópico*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. vol. 28, n. 2. 2000. pp. 223 – 246.

SMITH, L. *Sistemas Agrícolas*. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 9, n. 2, 1947. pp. 3

SOARES, J. C. M. *Apresentação*. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano I, nº 1. 1939. pp. 3 – 6.

STERNBERG, H. O. *Contribuição ao Estudo da Geografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

_____. *Achegas para um glossário de ciência do solo*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9, n. 4, 1947. pp. 575

_____. *“Erdkunde”*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, v. 10, n. 1. 1948. 124 – 128

_____. *Enchentes e movimentos coletivos do solo no Vale do Paraíba em dezembro de 1948 – influência da exploração destrutiva das terras*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. Vol. 11, n. 2. 1949. pp. 67 – 105

_____. *Zonas climáticas e biócoros segundo Vahl*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. V. 12, n. 2. 1950. pp. 11 – 12

_____. *Vales tectônicos na planície amazônica?*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. V, 12, n. 4. 1950. pp. 511 – 534

_____. *Meditações geográficas sobre a América*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. V. 13, n. 4. 1951. pp. 612 – 613.

_____. *Aspectos da seca de 1951, no Ceará*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE. V. 13, 1951. pp. 327 – 369.

_____. *A Água e o Homem na Várzea do Careiro*. 2. ed. Belém: Fundação Museu Goeldi, 1998.

NOTICIARIO. Revista Brasileira de Geografia. vol. 7, n. 3, 1945. pp. 184

NOTICIARIO. Revista Brasileira de Geografia. vol. 11, n. 4, 1949. pp. 161

NOTICIARIO. Revista Brasileira de Geografia. vol. 12, n. 3, 1950. pp. 145

NOTICIARIO. Handbook of Latin American Studies. Revista Brasileira de Geografia: IBGE.
vol. 12, n. 4. 1950. pp. 131

